



Projecto de Resolução n.º 1341/XIII/3ª

Recomenda ao Governo que crie um Comité Científico Eco-Agro-Alimentar

O processo de globalização trouxe inúmeros desafios à sociedade contemporânea, nomeadamente no que concerne à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos. Portugal não tem sido excluído deste processo incessante de crescimento produtivo e distributivo que muito se baseia em pressupostos induzidos de consumo massificados alicerçados em campanhas, por vezes agressivas, de marketing e de publicidade. Porém, são cada vez mais evidentes e factuais os efeitos secundários deste tipo de actividades e de consumos, não só na saúde dos Portugueses, como no bem-estar de milhões de animais, maioritariamente ligados à produção agro-pecuária, mas também no frágil equilíbrio da biodiversidade.

Relacionado, não só ao nível económico como social, têm surgido também vários estudos e referências focadas na importância de analisarmos estruturalmente a composição nutricional dos alimentos validando e valorizando-os, assim, cientificamente. Quando falamos do crescente escopo dos cidadãos, dos agentes económicos e de várias instituições científicas na análise da qualidade nutricional de vários alimentos falamos e incluem-se vários produtos tradicionais e/ou classificados comunitariamente como DOP, IGO ou ETG.

Concomitantemente a este processo de globalização, e durante décadas, o sistema de criação e partilha de informação foi pautado por uma linha unidireccional e este fluxo tem sido, de modo regular, influenciado por interesses económicos, o que contraria ou conflitua, muitas vezes, com factos científicos desenvolvidos por instituições nacionais e internacionais.

Porém, a sociedade entra agora na quarta revolução tecnológica, o que permite e reforça um acesso multidireccional à informação, muita desta científica. Os guardiões do conhecimento informativo, muitas vezes associados a protectorados do status quo e ligados a esferas de interesses privados, estão hoje mais vulneráveis ao questionamento informado e consciente não só de cidadãos e cidadãs, como de outras organizações. E este processo de verificação e

questionamento activo, tal como científico, levou a uma crescente adaptação por parte dos meios de informação, sejam eles de comunicação ou científicos, e vieram expor fragilidades em argumentos ou opiniões de vários sectores, nomeadamente no sector alimentar. São hoje evidentes, havendo mais criação e cruzamento de informação científica, que o processo agro-alimentar, actualmente globalizado e interligado, tem profundas e estruturais implicações, qualitativas e quantitativas, no meio que nos circunda. São disto exemplo conceitos, que vingam crescentemente na Academia e na Indústria, como a pegada hídrica¹ dos alimentos ou os alimentos quilométricos².

Por si só, estas concepções mais holísticas e com um cunho mais interdisciplinar científico estão a transformar a indústria, mas sobretudo a sociedade civil e, por inerência, os partidos e movimentos políticos. Evolutiva e socialmente, vemos que deixámos, como colectivo psicossocial e económico, de ser meros consumidores para nos aproximarmos de prosumidores (produtores + consumidores), ou seja, actores sociais mais conscientes e exigentes no consumo diário de bens e serviços. Esta consciência individual e colectiva, aliada ao maior acesso a dados, estudos e análises científicas, que também gera mais informação de valor acrescentado e multidireccional, tem levado à alteração drástica de consumos que influenciam, inerentemente, vários sectores produtivos. E esta consciencialização tem vindo também a vingar na sociedade Portuguesa com um incremento das preocupações sociais no que infere ao aumento de políticas públicas, sensatas e equilibradas, de protecção ambiental e de bem-estar animal.

Actualmente, por exemplo, é indissociável pensarmos em produtos lácteos sem os relacionarmos com o bem-estar das vacas leiteiras e dos seus vitelos, muitas vezes subprodutos, tal como no impacto hídrico desta indústria, em toda a cadeia de produção, distribuição e consumo.

Também é factual o impacto ecológico e económico destas indústrias não só em Portugal, como na Europa e Mundo, especialmente quando o mercado é distorcido com subsídios e apoios directos e indirectos, alterando artificialmente o preço real destes bens, e externalizando os custos ambientais. Recorde-se que a FAO reportou³, em 2013, que a produção agro-pecuária no mundo, em todo o seu ciclo, é responsável por 14.5% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), sendo que a produção de carne e leite, através de vacas leiteiras, compõe 41 e

¹ http://www.natureza-portugal.org/o_nosso_planeta/agua/pegada_hidrica/

² <http://www.alimentoskilometricos.org>

³ <http://www.fao.org/3/a-i3437e.pdf>

20%, respectivamente, deste valor total. De frisar ainda que as emissões globais deste sector são superiores ao de todo o sector de transportes mundial que prefaz, sensivelmente, 11% das emissões de GEE.

E, como é exemplo nesta indústria, existem muitas outras nomeadamente na aquacultura, na agropecuária intensiva e na agricultura agrotóxica. Isto é, estes impactos raramente são calculados e integrados, de forma consciente e responsável, pelos agentes económicos. Esta transversalidade do modo como produzimos, distribuímos e consumimos leva-nos também para uma plataforma de ética inter-geracional que nos vincula, cada dia mais, aos reais impactos sociais, económicos e éticos da urgência de cuidarmos do bem-estar de gerações futuras.

Para que haja então mais transparência, cientificidade e informação, necessitamos de critérios mais rigorosos para aferir todos os impactos que emergem da produção, distribuição e consumo de um determinado bem ou serviço, especialmente quando abordamos necessidades primárias como é o exemplo da alimentação. Mais do que mantermos o actual paradigma, meramente quantitativo, necessitamos de criar um comité eco-agro-alimentar que produza transversalmente conteúdos científicos que traduzam todas as variáveis presentes em todo o sistema alimentar, nomeadamente na produção, na distribuição e no consumo.

Neste termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1. Crie o Comité Científico Eco-Agro-Alimentar constituído, nomeadamente, pela Ordem dos Nutricionais, pela Ordem dos Médicos, pela Ordem dos Médicos Veterinários, pela Academia, por Organizações-Não-Governamentais e especialistas em matéria Ambiental e de Protecção e Bem-Estar Animal.

Assembleia da República, 16 de Fevereiro de 2018.

O Deputado,

André Silva